

TRANSEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: DESAFIOS ALÉM DO CURRÍCULO*TRANSSEXUALITY AND EDUCATION: CHALLENGES BEYOND THE CURRICULUM*Vanessa Andriani Maria¹ 

Recebido: 14/04/2021

Aceito: 08/06/2021

Resumo: A questão das pessoas transgênero foi introduzida em nossos tribunais, entretanto existem escassas obras científicas que retratam a escola, alicerce essencial da vida da criança em sociedade, visando uma abordagem mais inclusiva no combate às desigualdades. O presente trabalho trata da temática das crianças e adolescentes transgênero com base no princípio da dignidade humana, considerando a relevância da vontade dos infantes e o seu direito à inclusão. É reconhecendo a importância do contexto escolar no processo de desenvolvimento destes jovens e suas perspectivas de vida, que este artigo vem abordar a educação inclusiva nas escolas explorando também a influência exercida pela cultura heteronormativa como o padrão de normalidade no processo de exclusão praticada contra as pessoas transgênero. Neste trabalho foi utilizado o método de pesquisa dedutivo e o tipo de pesquisa bibliográfica documental. Importante destacar a realização de estudos sobre a presença de sexualidades não normativas no âmbito escolar, como instrumento para refletir sobre a educação como articuladora da diferença, afastando a identidade sexual hegemônica que se vislumbra estável e apropriada. Concluindo-se temos que a transfobia é um fenômeno que habita o contexto escolar, exigindo medidas pontuais para que esse processo de segregação humana seja amenizado.

Palavras-chave: Educação; Inclusão; Pessoas transgênero.

Abstract: The issue of transgender people has been introduced in our courts, however there are few scientific works that portray the school, the essential foundation of the child's life in society aiming at a more inclusive approach to combating inequalities. This paper seeks to address the theme of transgender minors based on the principle of human dignity, considering the relevance of the will of infants and their right to inclusion. It is recognizing the importance of the school context in the development process of these young people, and their perspectives of life, that this article comes to address inclusive education in schools, also exploring the influence exerted by heteronormative culture as the standard of normality in the process of exclusion practiced against transgenders. For this work, the deductive research method and the type of documentary bibliographic research were used. It is important to highlight the conduct of studies on the presence of non-normative sexualities in the school environment, as an instrument to reflect on education as an articulating of difference, distancing the hegemonic sexual identity that is seen as stable and appropriate. In conclusion, we have that transphobia is a phenomenon that inhabits

¹Graduada em Agronomia pela UFSM e Mestre em Ciência e Tecnologia Agroindustrial pela UFpel, Doutoranda em Educação pela UNIT/SE. Graduada em Direito pela ULBRA, Pós-Graduada em Advocacia Trabalhista e Cível pelo Centro Universitário UNA. Integra a Comissão de Gênero e o grupo de estudos em Violência Doméstica da OAB Subseção Santa Maria – RS.

the school context, requiring specific measures so that this process of human segregation is mitigated.

Keywords: Education; Inclusion; Transgender.

1 Introdução

Vivemos em um mundo supostamente democrático e, por mais que tenhamos legislações claras e políticas de direitos humanos consistentes no País, as pessoas transgênero ainda estão à margem da sociedade, pois historicamente existe, e se mantém arraigada, uma resistência à aceitação desses indivíduos na conjuntura social por parte de grupos organizados, seja por religião, política e até mesmo por educação.

A diversidade pressupõe a existência de eventos diversos a uma identidade central, única; centrando os discursos oficiais e os currículos escolares na identidade e na promoção da homogeneização (Skliar, 2003). Os apelos ao “respeito à liberdade e apreço à tolerância” (Brasil, 1999, p. 39) e ao “(...) conviver com a diversidade de forma plena e positiva” (Brasil, 1999, p. 322) tornam-se chamadas à uniformização e ao brocardo único.

Apesar de diversas pessoas assumirem sua identidade de gênero e garantirem seus direitos, mesmo com práticas inclusivas, a escola ainda não se faz presente na vida de muitas alunas travestis e transexuais, já que neste ambiente existem visões preconceituosas e de intolerância, pois o âmbito escolar ainda se funda em padrões heterossexuais firmados pela sociedade.

A negação à transexualidade não é algo racional. Do mesmo modo, afirmar que professores podem exercer qualquer influência sobre a identidade de gênero e a sexualidade das crianças exige evidências ainda não disponíveis. Permitir que uma criança sofra bullying em espaços educacionais pelo fato de demonstrar identidade transgênero é um desrespeito à dignidade dessa criança ou adolescente. Deve-se combater o desrespeito e a intolerância e não permitir que sejam alvos de um sistema coercitivo informal, em um espaço que possui a obrigação de ensinar valores humanísticos de boa convivência.

A inclusão exige medidas sérias e comprometidas com o propósito de melhorar a prestação de serviços públicos. Entretanto, para se deliberar acerca de políticas apropriadas que levem à eficiente prestação da educação de qualidade, imperativo conhecer as causas do problema, para em conjunto, buscar as soluções.

Vivenciar situações de discriminação, tirania e violência no ambiente escolar pode impelir os jovens para fora da educação formal. Abandonar a escola passa a ser um jeito de

fugir da violência e da falta de respeito. Essa constitui uma das formas com que a desigualdade se relaciona com a evasão e o abandono escolar.

Como objetivos do presente trabalho temos a discussão sobre papel da inclusão social de pessoas transexuais e identificar como está sendo realizada a inclusão de pessoas transgêneras.

2 O Discurso do Binarismo

O conceito de sexo transcendente, fundamentado nas diferenças físicas, imutável, binário que determina o gênero e suas relações em nossa sociedade. (LOURO, 2004) Assim a heterossexualidade é identificada como uma sexualidade padrão e que se orienta através do discurso biológico da reprodução da espécie, que reitera os papéis masculinos e femininos nesse processo. Nessa seara, pode-se argumentar que o processo de heteronormatização começa já antes do nascimento.

Louro (2004, p. 15), assinala nessa direção ao alegar que, quando dizemos “é uma menina” ou “é um menino”, “instala-se um processo que, supostamente, deve seguir um determinado rumo ou direção”, desencadeando processos de feminização ou de masculinização do corpo. Desse modo, a heterossexualidade é exposta como norma, como sendo a sexualidade inerente à menina ou ao menino em questão. Àqueles contrariam esse discurso, evadindo ao padrão de normalidade estabelecida a partir da heterossexualidade compulsória, são vistos como exceção à regra, alcunhados como diferentes e agrupados pelo currículo escolar através de discursos de apelo à tolerância e respeito à diversidade.

Quando na escola surgem indivíduos que fogem à sexualidade normativa, a racionalidade e a linearidade do planejamento escolar sofre um baque. O que mais se observa é uma pedagogia que tenta ofuscar a identidade destas pessoas com apelos ao respeito pela identidade heterossexual. Nada mais são que exceções à regra no ambiente escolar, onde impera a heterossexualidade são considerados diferentes demais, extrapolando os limites aceitação à diversidade da identidade, diferença que o currículo tenta assimilar por meio de seus discursos à “diversidade tolerada”.

A anulação dos “diferentes” pelo Estado moderno através da exclusão e da assimilação é analisada por Zygmunt Bauman: “O que faz certas pessoas estranhas e, por isso, irritantes, enervantes, desconcertantes e, sob outros aspectos, ‘um problema’, é (...) sua tendência a

obscurecer e eclipsar as linhas de fronteira que devem ser claramente vistas (BAUMAN, 1998, p. 37)”.

A amortização da diferença é desempenhada pela escola através da política de tolerância antevista no currículo e empregada como prática pedagógica.

A homofobia, nas escolas, atinge com maior violência e crueldade principalmente travestis e transexuais que vivem um completo sentimento de exclusão e estigmatização. Suas dificuldades começam com obstáculos à sua própria matrícula, à participação em atividades pedagógicas, a terem suas identidades e integridade física minimamente respeitadas até à utilização da própria estrutura física das escolas, como banheiros (JUNQUEIRA, 2009a, p. 25).

O que é importante ser discutido, fundamentalmente, é o que, de fato, se tem ensinado às crianças ao longo de todo esse tempo em termos de educação infantil que englobe as relações sociais e o convívio com a diferença, bem como a forma como esse ensino tem sido produzido (ARGUELLO, 2005, citado por FELIPE, BELLO, 2009, p. 147).

2.1 A Inclusão da criança e adolescente transgênero e a legitimação dos discursos

Em se tratando de crianças autodeclaradas transgênero, o ambiente escolar torna-se ainda mais invasivo e psicologicamente agitado, o que pode ocasionar danos irreversíveis para estas.

A escola brasileira se fundamentou no decorrer de sua evolução, em pressupostos altamente valorativos como: em que esse “outro – diferente de mim” – seria o estranho, o inferior, o doente, o pecador, o pervertido ou o contagioso (JUNQUEIRA: 2009 a, 14).

O sistema de gênero binário, isto é, a ideia que existem apenas a mulher/feminino e o homem/masculino, é tão popularmente aceito que chega a ser tomado como natural, entretanto é preciso notar que nada é natural, mas socialmente construído através dos discursos das instituições de poder que ditam aquilo que melhor lhes convém e que sirva para satisfazer os seus interesses para determinada época (FOUCAULT, 1998).

A sociedade atual peca pela falta de educação e acolhimento com as outras pessoas. Segundo Dias (2014, p. 35): [...] “O que não se encaixa nos padrões é rejeitada pelo simples fato de ser diferente [...]”.

A resolução número 12 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais, orienta escolas e universidades a garantirem o acesso e o reconhecimento desses estudantes em suas

dependências. Entre outras disposições, o texto prevê que eles sejam tratados pelo nome social em listas de chamada e utilizem banheiros e vestiários de acordo com sua identidade de gênero. Significa que um aluno registrado com um nome pode ser chamado pelo seu nome social no registro de frequência e avaliação, porque se identifica com o sexo oposto a sua anatomia, e escolheu esse nome social, além de estar autorizado a frequentar livremente as dependências exclusivas para as meninas ou meninos.

Preceitua o art. 6 da resolução de 12 de janeiro de 2015: “deve ser garantido o uso de banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero, quando houver, de acordo com a identidade de gênero de cada sujeito”.

Seria apropriado que novas construções de escolas fossem feitas com vários banheiros unissex para evitar a discriminação para acolher a pessoa transexual. Campanhas para melhorar a inclusão social, são necessárias para a população, já que não se tem o controle absoluto da situação.

2.2 Outro Avanços

Publicada no Diário Oficial da União em 17 de janeiro de 2018, a portaria n. 33 do MEC, tornou obrigatória para todas as escolas de ensino básico do país, públicas ou privadas, o uso do nome social de alunos trans nos registros escolares.

Em 1º de março deste ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou que pessoas transgênero alterem seu registro civil em cartórios sem a necessidade de cirurgia de redesignação genital ou de laudo psicológico. Mas mesmo com a decisão do Supremo, as medidas exclusivas para o ambiente escolar são vistas como necessárias por alunos e profissionais da educação.

Para estudantes e professores, o próximo passo fundamental para o respeito a pessoas transgênero dentro das escolas é o uso do banheiro. Em 2015, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT), da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), criou a resolução 12/2015, que estabelece parâmetros para garantir o acesso e a permanência de pessoas trans nas instituições de ensino. A resolução orienta que o uso do banheiro se dê conforme a identidade de gênero de cada aluna ou aluno, mas não tem sido acatada por escolas e universidades.

Um aspecto de extrema relevância é a inserção social no universo público e privado da pessoa, partindo do pressuposto teórico-metodológico da identidade e da relação do indivíduo com o meio social em que se encontra.

Nesse sentido, Martinelli (2006, p. 11) assinala que:

Identities pedem reconhecimento, reciprocidade, são construções coletivas. Não há como construir identidades de modo solitário e ninguém constrói identidade no espelho, pois ela é construída no cenário público, na vida cotidiana, juntamente com os movimentos sociais...

Os relatos encontrados na literatura sobre sujeitos transgênero destacaram que quando da sociabilidade familiar aparecem discursos heteronormativos com a finalidade de discipliná-los, passando a excluí-los (principalmente travestis e transexuais); a exclusão familiar os vulnerabiliza e pode trazer consequências para outros aspectos do ser social, quer na dimensão educacional, territorial, mercado de trabalho, entre outras dimensões da vida.

2.3 Educação “é direito de todos”

Embora a Constituição Federal assegure que a educação é “direito de todos” e que se baseie no princípio de “igualdade de condições para o acesso e permanência”, alunos transgênero, vítimas de transfobia, têm mais dificuldade para permanecer na escola.

Assim como os alunos transgênero, os professores homossexuais são igualmente dignos de respeito, seja no âmbito da educação e/ou das políticas públicas. Nessa conjuntura, os assuntos relacionados à diversidade, sexualidade e gênero devem ser recebidos como alguma coisa natural intrínseca ao desenvolvimento do ser humano e de sua constante evolução, (MARIA, 2020a).

Frisa-se, nessa esteira, que um dos elementos que dificulta o acesso da população trans ao mercado de trabalho é sua baixa escolaridade. O problema não é de acesso à educação, mas de dificuldades de permanência na escola, especialmente quando a pessoa começa a despertar sua identidade de gênero. A escola é um ambiente hostil para quem é trans. As piadas, as perseguições, a falta do uso do nome social, o preconceito, tudo isso contribui, (MARIA, 2020b).

O Ministério da Educação, em 1997, elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais com a finalidade de assinalar referenciais à formação básica comum em todo o território brasileiro. O tema que diz respeito às relações de gênero possui pouco mais de uma página e explica que “o conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações culturais e

sociais”, sugerindo aos professores abordarem a parte histórica nos conteúdos de História, promover discussões sobre valores, comportamentos em diferentes culturas em momentos históricos diferentes, (PCN, 1997, p. 98).

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, igualmente elaborado pelo Ministério da Educação, em 1998, tem por objetivo apontar metas de qualidade que colaborem para que as crianças tenham um desenvolvimento integral da própria identidade, cresçam como cidadãos cujos direitos à infância são reconhecidos. Possui objetivo socializador dessa etapa educacional, em ambientes que propiciem o acesso e a ampliação, pelas crianças, dos conhecimentos da realidade social e cultural, (RCNEI, 1998, p.17).

Segundo as Diretrizes Curriculares da Educação, o estudo da sexualidade do aluno deve promover o conhecimento científico além do senso comum. Conteúdos sobre a sexualidade e diversidade sexual são, para a atualidade, complementos necessários para que a inclusão das pessoas com comportamentos sexuais diferentes dos padrões da heterossexualidade sejam possíveis, sem atrapalhar a aprendizagem de quaisquer educandos (PARANÁ, 2008).

Para aprofundarmos o tema tratado neste artigo, citamos um trecho de Louro em sua análise à heteronormatividade da escola:

Uma noção singular de gênero e sexualidade vem sustentando currículos e práticas de nossas escolas. Mesmo que se admita que existem muitas formas de viver os gêneros e a sexualidade, é consenso que a instituição escolar tem obrigação de nortear suas ações por um padrão: haveria apenas um modo adequado, legítimo, normal de masculinidade e de feminilidade e uma única forma sadia e normal de sexualidade, a heterossexualidade; afastar-se desse padrão significa buscar o desvio, sair do centro, torna-se excêntrico (2003, p. 43-44).

A invisibilidade cotidiana da população transexual no Brasil ocorre em função da ausência de debates, reflexões e pesquisas, que deveriam estar presentes, e em plena discussão, constantemente nos institutos tecnológicos, científicos e educacionais além das universidades públicas brasileiras, (SCOTE, 2016).

2.4 Território ou Ambiente Escolar? A Questão da Transfobia

Desde que nascemos somos educados para estar dentro do padrão da normalidade; primeiro na família; depois, pela escola (no início da vida escolar). A escola, infelizmente, está sendo um espaço de “manutenção e conservação de condutas e padrões estabelecidos”, pois “as

reiteraões que produzem os gêneros e a heterossexualidade são marcadas por um terrorismo contínuo” (BENTO, 2011, p. 552; COSTA, 2013, p. 5).

Os estereótipos de gêneros podem surgir a partir das próprias crianças, mesmo que o ambiente seja flexível e que o professor interfira nestas situações de conflito. Desse modo, os professores exercem essencial papel de intervenção pedagógica. Muitas dessas ingerências até escapam do planejamento de suas aulas, que a cada turma se deparam com novos (as) alunos (as) com diferentes comportamentos com os(as) quais ele se vê obrigado(a) a passar. O fato é de que essa situação, na maioria das vezes, é respondida com desrespeito ao aluno que é quando o professor o ignora ou ignora uma atitude de preconceito ou violência sob seus olhos.

As pessoas travestis e transexuais apresentam escolarização precarizada, demonstrando a difícil, ou mesmo complicada, sociabilidade no âmbito escolar. Conforme refere Bento (2011, p. 555):

A escola, que se apresenta como uma instituição incapaz de lidar com a diferença e a pluralidade funciona como uma das principais instituições guardiãs das normas de gênero e produtora da heterossexualidade. Para os casos em que as crianças são levadas a deixar a escola por não suportarem o ambiente hostil, é limitador falarmos em “evasão”.

No entanto, não existem indicadores para medir a homofobia de uma sociedade e, quando se fala de escola, tudo aparece sob o manto invisibilizante da evasão. Na verdade, há um desejo de eliminar e excluir aqueles que “contaminam” o espaço escolar. Há um processo de expulsão, e não de evasão... A escola brasileira sempre esteve atrelada aos padrões de normalidade sócio-cultural de seu tempo e todo aquele aluno ou aquela situação que desviar-se, ou não “harmonizar-se” com a conduta guiada pela heteronormatividade, encontrando-se fora de sua concepção pedagógica.

Casos de transfobia são muito comuns em indivíduos que estejam cursando o Ensino Fundamental e/ou o Ensino Médio, os quais estão passando pela fase de transição e autoaceitação de sua identidade de gênero, que para muitos é um desafio extremamente grande, frente a uma sociedade construída culturalmente machista e heteronormativa (VASCONCELOS, 2018).

A sociedade é responsável por uma espécie de barreira entre travestis e transexuais, fazendo com que estas pessoas não possam desfrutar dos espaços sociais, tornando-os sem acesso aos direitos constituídos em lei, como o direito à educação, que é uma garantia fundamental para todos os cidadãos.

Nas palavras de Louro (2010, p. 81):

Não há dúvidas de que o que está sendo proposto, objetiva e explicitamente, pela instituição escolar, é a constituição de sujeitos masculinos e femininos heterossexuais – nos padrões da sociedade em que a escola se inscreve. Mas, a própria ênfase no caráter heterossexual poderia nos levar a questionar a sua pretendida “naturalidade”. Ora, se a identidade heterossexual fosse, efetivamente, natural (e, em contrapartida, a identidade homossexual fosse ilegítima, artificial, não natural), por que haveria a necessidade de tanto empenho para garanti-la? Por que “vigiar” para que os alunos e alunas não “resvalém” para uma identidade “desviante”? Por outro lado, se admitimos que todas as formas de sexualidade são construídas, que todas são legítimas mas também frágeis, talvez possamos compreender melhor o fato de que diferentes sujeitos, homens e mulheres, vivam de vários modos seus prazeres e desejos.

Os colegas de mesma idade às pessoas trans, são responsáveis que na maioria das vezes, por uma espécie de terrorismo heterossexista, outro fator que não menos diz respeito ao despreparo das instituições escolares para trabalhar com a questão, o que aduz falha no sistema pedagógico aliada à desinformação quanto às questões de gênero.

Felipe e Bello (2009) destacam que seria por meio da aflição, da pressão psicológica e da violência que se vai moldando o menino e a menina que se deseja. No âmbito escolar, a prática da violência se daria pela presunção (ou pelo constrangimento).

Salienta-se nesse contexto, que a escola sempre proporciona aos alunos uma educação sexual voltada aos heterossexuais, e esquecem-se dos demais grupos existentes, com receio de “falsos” valores morais que censuram os adeptos como delinquentes e sem vergonhas, como se a orientação sexual, fosse algo que o sujeito pudesse alterar em um “estalar de dedos”. As escolas não foram habilitadas para lidar com corpos não binários e isso causa estranhamento, e o que é visto como estranho, infelizmente é repellido.

Pode-se asseverar que “[...] a escola é uma caricatura da sociedade. Por ela passam, como não passam por nenhum outro lugar, limitadas por diminutivos, todas as ideias que uma sociedade quer transmitir para conservar, tudo aquilo que se acredita ou quer que se acredite” (MORENO, 1999, p.12).

A partir do prisma dos padrões sociais dominantes, as pessoas transgênero são reiteradamente expostos no ambiente escolar, sofrem transgressões de direitos, violências físicas e verbais e discriminações de todo tipo.

A permanência (e supostamente o sentimento de pertencimento no ambiente escolar) pode parecer, para a maioria das transexuais, algo impossível de se imaginar, ou algo beirando ao inexistente. Isso ocorre devido ao fato de que,

as pessoas trans, no geral, não são aceitas por sua identidade e/ou expressão de gênero, muito menos respeitadas por sua individualidade, embora a educação seja um direito coletivo, não podendo haver restrições de qualquer natureza (SCOTE, 2017).

Precisamos favorecer que a educação sexual na escola aconteça de forma efetiva respeitando a diversidade sexual e de gênero; por isso, é necessário que pensemos a princípio na formação de educadores, que os mesmos estejam abertos ao diálogo, à reflexão, à superação de preconceitos, que sejam pessoas comprometidas com a igualdade de Direitos e principalmente com a quebra de paradigmas, (FAGUNDES, 2009).

A educação pode contribuir para promover a diversidade, quebrar estereótipos, evitar o avanço da violência, mas o que temos presenciado é que ela tem falhado em um dos seus papéis primordiais: o de ser um ambiente democrático, político, campo de liberdade e discussão.

Ressalta-se que não seria a qualidade do ensino que levaria a uma coexistência pacífica e um convívio democrático com a diversidade, mas, sim, a verdadeira promoção da diversidade que geraria, ou gerará, um ensino de qualidade e a prática genuína de uma “cultura da paz” (JUNQUEIRA, 2009b, 405).

Ainda que exista mais conscientização, nem todas as relações entre alunos transgênero e suas escolas são tranquilas, a questão versa sobre a criança ou adolescente ser simplesmente aceito, estas pessoas viverem mais abertamente e com maior apoio e integração de todos.

A escola como agente transformador através da educação, pode tentar tornar o ambiente escolar mais receptivo e seguro, seja para garantir a permanência do estudante transexual de maneira humana, assim como para aplacar a transfobia através do ensino da diversidade a todos os estudantes nela presentes.

3 Considerações Finais

A escola compreende um espaço social onde coexistem profissionais e saberes. Neste espaço, ela é sistematizada, ponderada e repassada através do ensino. Não existe neutralidade presente nas escolas, tampouco os professores são neutros e quem é LGBT sabe das humilhações, constrangimentos que passa diariamente.

É preciso tentar desconstruir a heteronormatividade dentro da escola, proporcionando formação sobre direitos humanos e por inclusão. Devemos sugerir mudanças curriculares, de postura e de luta por espaço. Desse discurso todo, o que concluímos com veemência é: Não há vergonha em se ser quem se é”.

É de suma importância a abordagem desta temática nas escolas, pois ainda há uma intensa resistência dos colegas em aventar ou refletir o tema em sala de aula com os estudantes, mesmo tendo entre estes, sujeitos LGBT.

Precisamos considerar que é por meio da escola que são transmitidas e aprendidas concepções de gênero, concepções de certo e errado, do que pode ou não ser sonhado, feito e alcançado por cada indivíduo (MORENO, 1999).

O combate à violência e à discriminação contra LGBT's advém da educação em direitos humanos. É preciso, também, proporcionar o ambiente adequado para que não haja evasão escolar, um lugar onde as pessoas sintam-se seguras.

Pode-se asseverar através dos resultados obtidos que necessitamos de maior capacitação para conviver com a diversidade sexual no âmbito escolar, respeitando os diversos valores, fortalecendo as ações de combate à discriminação e aos diversos tipos de preconceitos existentes na sociedade.

A jornada escolar é crucial para a formação e o desenvolvimento da criança devendo ocupar seu lugar privilegiado no seu acesso pleno de sua cidadania, não ignorando nenhum público. Cabe à escola acolher, incluir e garantir o desenvolvimento integral de todos os meninos e de todas as meninas, inclusive de todos os meninos que nasceram meninas e de todas as meninas que nasceram meninos e de todos os meninos e meninas que estão em busca de suas identidades, procurando se encaminhar na vida, cada um com sua história pessoal e sua individualidade.

Se o currículo tem como ponto central a formação do cidadão, ele necessita abordar as diversidades, os preconceitos estabelecidos ao longo da história humana e principalmente as questões de gênero. A sala de aula precisa ser um espaço de reflexão sobre as transformações sociais revisando os temas para serem trabalhados que versem sobre tolerância e respeito das diferenças, que já são contempladas em lei; pois homens e mulheres são iguais dentro das suas diferenças.

Em suma, precisamos favorecer que a educação sexual na escola aconteça de forma efetiva respeitando a diversidade sexual e de gênero; por isso, é necessário que pensemos a princípio na formação de educadores, que os mesmos estejam abertos ao diálogo, à reflexão, à superação de preconceitos, que sejam pessoas comprometidas com a igualdade de Direitos e principalmente com a quebra de paradigmas, (FAGUNDES, 2009).

Algumas das propostas estão ao alcance dos professores e gestores, basta sensibilidade e que os mesmos estejam comprometidos com a cidadania e com a ética. Já outras propostas encontram-se na esfera política: são projetos de Lei e possibilidades que precisam de projetos de Lei para seguir em frente.

É necessário exigirmos que o direito à educação seja assegurado a qualquer cidadã ou cidadão brasileira/o e, logo, políticas que pugnam as desigualdades de gênero e sexualidade precisam ser implementadas e o exercício da cidadania, afiançado.

4 Referências

BENTO, Berenice. Na escola de aprende que a diferença faz diferença. Revista Estudos Feministas, Florianópolis. mai./ago., p. 549-559, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a16.pdf>>. Acesso em 29 de jan. 2021.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual**. Brasília: MECSEF, 1997. v. 10. 110 p.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil: formação pessoal e social**. Brasília: MECSEF, 1998. v. 02. 85 p.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio**. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. **Resolução 12 de janeiro de 2015**. Acesso em 10 de julho de 2016, pelo site <<http://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/old/cncd-lgbt/resolucoes/resolucao-012/view>>. Acesso em 17 de fev de 2021.

COSTA, Vera Lúcia do Vale. Violência escolar e homofobia: reflexões a respeito da diversidade. Disponível em: <<http://www.redentor.inf.br/arquivos/pos/publicacoes/25022013Vera%20Lucia%20Costa%20-%20TCC.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

DIAS, Maria Berenice. **Homoafetividade e os direitos LGBTI**. 6 ed. Reformulada. São Paulo: Revista dos tribunais, 2014, 526 p.

FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho. Pais conscientes, educadores capacitados: educação sexual para crianças e adolescentes. Revista Brasileira de Sexualidade Humana. São Paulo, v.20, n.1, p.164-175, 2009.

FELIPE, Jane; BELLO, Alexandre Toaldo. Construção de comportamentos homofóbicos no cotidiano da educação infantil. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 4 ed., São Paulo: Edições Loyola, 1998.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009a.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). Educação e Homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo liberal. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009b.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho - ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. 191p.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade, e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Rio de Janeiro, Ed. Vozes. 2010. 180 p.

MARIA, Vanessa Andriani, RABENSCHLAG, Cristiano Dotto. **Mosaico Acerca do Cotidiano de Professores LGBTs no Âmbito Escolar**. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 16 jul 2020. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/54899/mosaico-acerca-do-cotidiano-de-professores-lgbt-s-no-ambito-escolar>. Acesso em: 18 fev. 2021a.

MARIA, Vanessa Andriani. **Realidade e os Desafios para a Inserção de Transgêneros, Transexuais e Travestis no Mercado de Trabalho**. Âmbito jurídico, São Paulo – SP: n. 199, Ano XXIII, 2020b. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direitos-humanos/a-realidade-e-os-desafios-para-a-insercao-de-transgeneros-transexuais-e-travestis-no-mercado-de-trabalho/> Acesso em 18 fev. 2021b.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Reflexões sobre o Serviço Social e projeto ético-político profissional. **Revista Emancipação**, Paraná, ano 6, n. 1. 2006.

MORENO, Montserrat. **Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola**. São Paulo: Moderna; Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação – SEED. **Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná (DCE)**: Ciências, Curitiba, 2008.

SCOTE, Fausto Delphino. **Será que temos os mesmos direitos à universidade? O desafio do acesso e a permanência de pessoas transexuais no ensino superior.** 2017. 152f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos Campus Sorocaba, Sorocaba.

SKLIAR, Carlos. **Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

VASCONCELOS, F.R.S. **Evasão Escolar de Alunas Travestis e Transexuais.** III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade. Universidade Federal de Rio Grande – FURG. 19 a 21 de setembro de 2018.